



LEI Nº 4.074 DE 17 DE dezembro DE 1986

Altera artigos da Lei Delegada Nº 158, de 16 de junho de 1982, transforma os cargos isolados em cargos de carreira e dá ou tras providências.

## O Governador do Estado do Piauí

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Os artigos 6º, 8º, 14 e 41 da Lei Delegada nº 158, de 16 de junho de 1982, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 6º - A Defensoria Pública, órgão de atuação da Assistência Judiciária, com competência no Estado do Piauí, é exercida pelos Defensores Públicos.

Art. 8º - Compete ao Secretário de Justiça, especialmente, além de outras atribuições que lhe sejam conferidas por lei, ou que forem inerentes ao seu cargo:

V - encaminhar expedientes para nomeações, promoção, exoneração e aposentadoria no quadro da Defensoria Pública.

XXIV - fazer publicar, anualmente, até 30 de janeiro, a lista de antiguidade dos membros da Defensoria Pública.



LEI Nº 4.074 DE 17 DE dezembro DE 1986

Altera artigos da Lei Delegada Nº 158, de 16 de junho de 1982, transforma os cargos isolados em cargos de carreira e dá outras providências.

## O Governador do Estado do Piauí

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Os artigos 6º, 8º, 14 e 41 da Lei Delegada nº 158, de 16 de junho de 1982, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 6º - A Defensoria Pública, órgão de atuação da Assistência Judiciária, com competência no Estado do Piauí, é exercida pelos Defensores Públicos.

Art. 8º - Compete ao Secretário de Justiça, especialmente, além de outras atribuições que lhe sejam conferidas por lei, ou que forem inerentes ao seu cargo:

V - encaminhar expedientes para nomeações, promoção, exoneração e aposentadoria no quadro da Defensoria Pública.

XXIV - fazer publicar, anualmente, até 30 de janeiro, a lista de antiguidade dos membros da Defensoria Pública.



LEI Nº 4.074 DE 17 DE dezembro DE 1986

Altera artigos da Lei Delegada Nº 153, de 16 de junho de 1982, transforma os cargos isolados em cargos de carreira e dá outras providências.

## O Governador do Estado do Piauí

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Os artigos 6º, 8º, 14 e 41 da Lei Delegada nº 158, de 16 de junho de 1982, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 6º - A Defensoria Pública, órgão de atuação da Assistência Judiciária, com competência no Estado do Piauí, é exercida pelos Defensores Públicos.

Art. 8º - Compete ao Secretário de Justiça, especialmente, além de outras atribuições que lhe sejam conferidas por lei, ou que forem inerentes ao seu cargo:

V - encaminhar expedientes para nomeações, promoção, exoneração e aposentadoria no quadro da Defensoria Pública.

XXIV - fazer publicar, anualmente, até 30 de janeiro, a lista de antiguidade dos membros da Defensoria Pública.

Art. 14 - Os cargos isolados de Defensor Público ficam transformados em cargos de carreira, escalonados nas categorias obedecidas às entrâncias correspondentes:

- I - Dezenove (19) cargos de Defensor Público de 4ª categoria na Comarca de Teresina;
- II - Três (3) cargos de Defensor Público de 4ª categoria na Comarca de Parnaíba;
- III - Três (3) cargos de Defensor Público de 4ª categoria na Comarca de Floriano;
- IV - Três (3) cargos de Defensor Público de 4ª categoria na Comarca de Picos;
- V - Três (3) cargos de Defensor Público de 4ª categoria na Comarca de Campo Maior;
- VI - Doze (12) cargos de Defensor Público de 3ª categoria, sendo 1 (um) para cada uma das seguintes Comarcas: Altos, Amarante, Barras, Corrente, José de Freitas, Oeiras, Piracuruca, Piripiri, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, União e Valença.

Art. 41 - A vacância do cargo de Defensor Público poderá decorrer de:

- IV - promoção
- V - aposentadoria
- VI - falecimento".

Art. 2º - As promoções no quadro da Defensoria Pública serão feitas por categoria, obedecidos, alternadamente, os critérios de antiguidade e de merecimento.

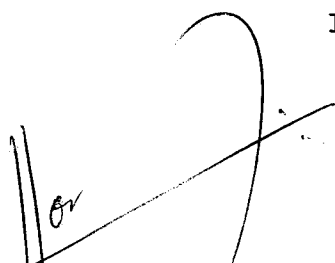
§ 1º - A antiguidade será apurada na categoria e determinada pelo efetivo exercício e tempo de serviço.

§ 2º - O eventual empate na classificação por antiguidade será decidido:

- I - maior tempo de serviço na Defensoria Pública;
- II - maior tempo de serviço estadual;
- III - maior tempo de serviço municipal;
- IV - maior tempo de serviço federal;
- V - o de mais idade.

Art. 3º - O merecimento será aferido pelo Secretário de Justiça que levará em conta os fatores seguintes:

- I - o zelo e pontualidade nos deveres da função e a eficiência nos trabalhos produzidos;
- II - a contribuição, a organização e melhoria dos serviços judiciais, o aprimoramento de sua cultura jurídica, através de cursos de especialização, publicação de livros, teses, estudos e artigos doutrinários.



Art. 14 - Os cargos isolados de Defensor Público ficam transformados em cargos de carreira, escalonados nas categorias obedecidas às entrâncias correspondentes:

- I - Dezenove (19) cargos de Defensor Público de 4ª categoria na Comarca de Teresina;
- II - Três (3) cargos de Defensor Público de 4ª categoria na Comarca de Parnaíba;
- III - Três (3) cargos de Defensor Público de 4ª categoria na Comarca de Floriano;
- IV - Três (3) cargos de Defensor Público de 4ª categoria na Comarca de Picos;
- V - Três (3) cargos de Defensor Público de 4ª categoria na Comarca de Campo Maior;
- VI - Doze (12) cargos de Defensor Público de 3ª categoria, sendo 1 (um) para cada uma das seguintes Comarcas: Altos, Amarante, Barras, Corrente, José de Freitas, Oeiras, Piracuruca, Piripiri, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, União e Valença.

Art. 41 - A vacância do cargo de Defensor Público poderá decorrer de:

- IV - promoção
- V - aposentadoria
- VI - falecimento".

Art. 2º - As promoções no quadro da Defensoria Pública serão feitas por categoria, obedecidos, alternadamente, os critérios de antiguidade e de merecimento.

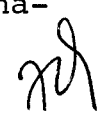
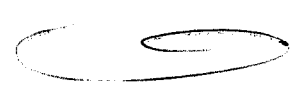
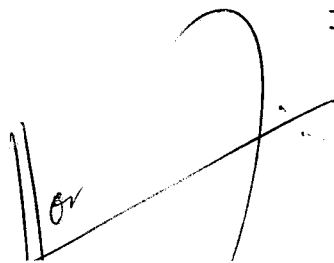
§ 1º - A antiguidade será apurada na categoria e determinada pelo efetivo exercício e tempo de serviço.

§ 2º - O eventual empate na classificação por antiguidade será decidido:

- I - maior tempo de serviço na Defensoria Pública;
- II - maior tempo de serviço estadual;
- III - maior tempo de serviço municipal;
- IV - maior tempo de serviço federal;
- V - o de mais idade.

Art. 3º - O merecimento será aferido pelo Secretário de Justiça que levará em conta os fatores seguintes:

- I - o zelo e pontualidade nos deveres da função e a eficiência nos trabalhos produzidos;
- II - a contribuição, a organização e melhoria dos serviços judiciais, o aprimoramento de sua cultura jurídica, através de cursos de especialização, publicação de livros, teses, estudos e artigos doutrinários.



Art. 4º - O Secretário de Justiça organizará lista triplíce para a promoção por merecimento.

Parágrafo Único - O Governador do Estado nomeará um dos Defensores Públicos da lista triplíce.

Art. 5º - Os membros da Defensoria Pública somente poderão ser promovidos, por antiguidade, após dois (2) anos de efetivo exercício na categoria.

Art. 6º - Não poderá ser promovido, por merecimento, o membro da Defensoria Pública que estiver afastado de suas funções, em decorrência da prestação de serviço a órgãos alheios à Instituição.

Art. 7º - Os vencimentos dos Defensores Públicos são fixado nos valores seguintes:

Defensor Público de 4ª categoria ..... Cz\$ 16.310,38

Defensor Público de 3ª categoria ..... Cz\$ 13.863,82

Parágrafo Único - Ficam mantidas as atribuições de direitos, prerrogativas e vantagens, aos Defensores Públicos equivalentes às concedidas ao Ministério Público Estadual.

Art. 8º - Ficam expressamente revogados os artigos 53 da Lei Delegada nº 158, de 16 de junho de 1982 e 1º, no que se refere a Defensores Públicos, da Lei Nº 3.990, de 04 de março de 1985.

Art. 9º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 27 de novembro de 1986.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina - Piauí, 17 de dezembro de 1986.

GOVERNADOR DO ESTADO

SECRETÁRIO DE GOVERNO

SECRETÁRIO DE JUSTIÇA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 4º - O Secretário de Justiça organizará lista tríplice para a promoção por merecimento.

Parágrafo Único - O Governador do Estado nomeará um dos Defensores Públicos da lista tríplice.

Art. 5º - Os membros da Defensoria Pública somente poderão ser promovidos, por antiguidade, após dois (2) anos de efetivo exercício na categoria.

Art. 6º - Não poderá ser promovido, por merecimento, o membro da Defensoria Pública que estiver afastado de suas funções, em decorrência da prestação de serviço a órgãos alheios à Instituição.

Art. 7º - Os vencimentos dos Defensores Públicos são fixados nos valores seguintes:

Defensor Público de 4ª categoria ..... Cz\$ 16.310,38

Defensor Público de 3ª categoria ..... Cz\$ 13.863,82

Parágrafo Único - Ficam mantidas as atribuições de direitos, prerrogativas e vantagens, aos Defensores Públicos equivalentes às concedidas ao Ministério Público Estadual.

Art. 8º - Ficam expressamente revogados os artigos 53 da Lei Delegada nº 158, de 16 de junho de 1982 e 1º, no que se refere a Defensores Públicos, da Lei Nº 3.990, de 04 de março de 1985.

Art. 9º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 27 de novembro de 1986.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina - Piauí, 17 de dezembro de 1986.

GOVERNADOR DO ESTADO

SECRETÁRIO DE GOVERNO

SECRETÁRIO DE JUSTIÇA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO



LEI Nº 4.074 DE 17 DE dezembro DE 1986

Altera artigos da Lei Delegada Nº 158, de 16 de junho de 1982, transforma os cargos isolados em cargos de carreira e dá ou tras providências.

## O Governador do Estado do Piauí

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Os artigos 6º, 8º, 14 e 41 da Lei Delegada nº 158, de 16 de junho de 1982, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 6º - A Defensoria Pública, órgão de atuação da Assistência Judiciária, com competência no Estado do Piauí, é exercida pelos Defensores Públicos.

Art. 8º - Compete ao Secretário de Justiça, especialmente, além de outras atribuições que lhe sejam conferidas por lei, ou que forem inerentes ao seu cargo:

V - encaminhar expedientes para nomeações, promoção, exoneração e aposentadoria no quadro da Defensoria Pública.

XXIV - fazer publicar, anualmente, até 30 de janeiro, a lista de antiguidade dos membros da Defensoria Pública.